



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Data: 17 de Março de 2026.

1 Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (17/03/2026), no auditório
2 da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2896,
3 Londrina – PR, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social
4 – CMAS. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, deu-se início à reunião às treze horas
5 e quarenta minutos (13h40). Estiveram presentes os seguintes conselheiros e participantes:
6 Cláudio Márcio de Melo, Amanda Boza Gonçalves, Claudia Lanzone, Elisângela Silva de
7 Araujo, Carolina Favaro, Ana Maria do Nascimento, Adriana da Cruz Barroso, Jenifer Araújo
8 Barroso Bilar, Poliana de Paula Amâncio, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Simielle
9 Borges Belisário, Yanka Cristine Barbosa, Cassia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos Santos
10 Coronato, Aline Indio do Brasil, Neverton Noia da Silva, Andressa Prudêncio da Silva, Ana
11 Beatriz S. Pimentel, Lygia Mariane Bordonal, Fabrícia Laís Pigiani, Laila Albuquerque Lemos,
12 Pamela Rachel Gonçalves Alves, Rita de Cássia Lemos Barboza, Maria da Paixão Rios, Flávio
13 Alves Folgado, Ludmy Fernando Campos da Silva, Carlos da Silva, Cleide Oberle. Justificaram
14 a ausência Denise Maria Funk de Almeida, Patricia Soares Alves da Silva, Danielli Godoi A.
15 Rodrigues, Isabela de Barros Vilas Boas e Juraci Raitz Mendes. Também estiveram presentes os
16 participantes convidados: Maria Isabel da Silva Alves, Jeniffer L. Paim, Alice Fernandes, Ednadi
17 F. P. Biliatto, Carla Regiane da Silva Campos, Tayna Fernandes Rui, Juliana Izabela G. P. de
18 Silva, Débora Campos Pereira, João Marcos Machuca de Lima, Solange Ap. de Oliveira, Isabel
19 Cristina Garcia M. Patrocino, Priscila P. Brazão, Valéria Espínosa, Michele B. Albuquerque e
20 Lorayne Correia D'Ávila. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, saudando e dando
21 boas-vindas a todos os presentes, a vice presidente Lygia Mariane Bordonal, deu início à reunião
22 às 13 horas e 45 minutos. Lygia apresentou a pauta composta pelos seguintes pontos: **01:**
23 Apresentação e aprovação da pauta; **02:** Apresentação do Diagnóstico dos Serviços
24 Socioassistenciais-Ofertas da Proteção Social Básica e Especial; **03:** Apresentação e deliberação
25 sobre Plano de Trabalho -Recurso Estadual; **04:** Apresentação e deliberação sobre Emenda
26 Parlamentar. Foi realizada a leitura da pauta, sendo informado que, em reunião da Mesa Diretora,
27 houve solicitação de supressão do item referente à apresentação do Diagnóstico dos Serviços
28 Socioassistenciais, ficando este remanejado para reunião posterior.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

29 Na ocasião, a Diretoria de Proteção Social Especial solicitou a inclusão de ponto de pauta
30 referente à alteração dos valores de metas para os Serviços de Acolhimento Institucional
31 destinados a adultos do sexo masculino. Não havendo outras manifestações, a pauta, com as
32 devidas alterações, foi submetida à apreciação da plenária, sendo aprovada por unanimidade. Na
33 sequência, passou-se ao ponto três da pauta, no qual o Secretário Municipal de Assistência Social,
34 Cláudio Márcio, realizou a contextualização acerca do recurso estadual. Informou que sua
35 obtenção decorreu de articulações junto à instância estadual, bem como de orientações técnicas
36 recebidas em reuniões realizadas em Curitiba. Destacou que o plano inicialmente apresentado
37 não foi aceito, sendo reformulado conforme diretrizes estabelecidas, especialmente no que se
38 refere ao atendimento de demandas apontadas em reunião com o Conselho Nacional de
39 Assistência Social. Foi informado que o valor do recurso poderá variar entre onze milhões de
40 reais (R\$ 11.000.000,00) e vinte milhões de reais (R\$ 20.000.000,00), com previsão de execução
41 em trinta e seis meses. Na sequência, o diretor de Gestão do Sistema Municipal de Assistência
42 Social João Marcos, apresentou o plano de trabalho estruturado em cinco ações estratégicas:
43 atendimento à população em situação de rua, no valor de R\$6.5000.000,00 seis milhões e
44 quinhentos mil reais); recomposição da segurança de renda por meio de benefícios eventuais no
45 valor R\$5.475.600,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais);
46 melhoria do sistema de informação no valor R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil
47 reais); manutenção dos equipamentos no valor R\$ 1.920.000,00 (um milhão, novecentos e vinte
48 mil reais); e ampliação do Cadastro Único no valor R\$ 2.504.400,00 (dois milhões, quinhentos
49 e quatro mil e quatrocentos reais), com detalhamento dos percentuais dos valores de distribuição.
50 Durante os debates, os conselheiros manifestaram preocupações quanto ao prazo reduzido para
51 análise, à ausência de construção coletiva prévia e à necessidade de priorização das ações diante
52 da incerteza do valor final do recurso. Foram destacadas a importância do Cadastro Único para
53 manutenção dos benefícios, a recomposição das perdas orçamentárias e a priorização de ações
54 consideradas essenciais. Também foram registradas manifestações quanto à ausência de
55 diagnóstico atualizado e à necessidade de maior alinhamento entre gestão e Conselho. Não
56 constando encaminhamento específico após as manifestações. Após os debates, a plenária
57 indicou a necessidade de deliberação quanto à priorização das ações propostas no Plano de

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

58 Trabalho apresentado pela SMAS, considerando o valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões
59 de reais) a ser disponibilizado pelo SEDEF. Houve, ainda, discussões acerca da priorização dos
60 eixos, na hipótese de não aprovação do valor integral proposto. Nesse contexto, a conselheira
61 Ana Maria pontuou que o referido montante estava inicialmente distribuído em cinco eixos e
62 propôs que, caso o valor total não seja aprovado integralmente pelo SEDEF, o conselho delibere
63 pela priorização de três eixos fundamentais. Os eixos prioritários indicados foram: a implantação
64 de Centro Dia para a população em situação de rua; o fortalecimento das ações do Cadastro Único
65 (CadÚnico); e a ampliação dos benefícios socioassistenciais, contemplando os Benefícios
66 Eventuais (BEE) e o Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR). Na sequência,
67 Lygia retomou a palavra e submeteu o Plano de Trabalho à deliberação da plenária, sendo este
68 aprovado. Registra-se que a plenária aprovou o Plano de Trabalho no valor total de R\$
69 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com a ressalva de que, caso o SEDEF não aprove o valor
70 integral, sejam consideradas como prioritárias as ações correspondentes aos três eixos acima
71 mencionados. Na sequência, passou-se ao ponto quatro da pauta, que trata da apresentação e
72 deliberação sobre Emenda Parlamentar. O Diretor João Marcos informou que, na plenária
73 anterior, foi comunicado o repasse de emenda parlamentar, de autoria da Deputada Lenir de
74 Assis, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Fundo Municipal de Assistência
75 Social. Contudo, nesta oportunidade, procedeu-se à retificação da informação quanto à destinação
76 final dos recursos, esclarecendo que, do montante total indicado, R\$ 400.000,00 (quatrocentos
77 mil reais) permanecerão alocados ao Fundo Municipal de Assistência Social, enquanto o valor
78 remanescente será destinado diretamente às entidades, conforme a seguinte distribuição: R\$
79 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a EPESMEL; R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta
80 mil reais) para a Associação Flávia Cristina; R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Guarda Mirim;
81 e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Clube de Mães Unidas. Registra-se que o presente item
82 teve caráter exclusivamente informativo à plenária, não sendo objeto de deliberação. Dando
83 sequência à pauta, Lygia convidou Carolina Fávoro, Diretora da Proteção Social Especial, que
84 realizou apresentação sobre a situação dos serviços de acolhimento institucional no município,
85 com ênfase na recomposição de vagas anteriormente executadas pela OSC-renascer, a qual
86 encerrou a execução do serviço em janeiro de 2026. Informou que, em decorrência do fechamento

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

87 do serviço, a Secretaria Municipal de Assistência Social publicou edital para sua execução, o
88 qual, contudo, restou deserto, sendo posteriormente republicado. Diante desse cenário, a gestão
89 promoveu diálogo com as entidades inscritas no Conselho, ocasião em que estas manifestaram
90 preocupação quanto ao valor da meta por usuário, considerado insuficiente para o adequado
91 custeio do serviço. Na sequência, foi apresentada proposta construída de forma conjunta entre a
92 gestão, as entidades e a equipe técnica, visando à readequação do número de metas. Atualmente,
93 o município conta com vinte e oito (28) metas em execução, enquanto o edital vigente prevê
94 quarenta (40) metas. A proposta consiste na supressão de dez (10) metas do edital, reduzindo-o
95 para trinta (30), com a redistribuição dos recursos entre as metas existentes e as novas, de modo
96 a elevar o valor da meta para R\$ 2.861,73 (dois mil oitocentos e sessenta e um reais e setenta e
97 três centavos). Com a readequação, o município passaria a totalizar cinquenta e oito (58) metas
98 de acolhimento, com maior capacidade de custeio e qualificação dos serviços ofertados.
99 Destacou-se que a medida busca garantir maior viabilidade de adesão por parte das entidades,
100 evitando a ocorrência de novos editais desertos, especialmente diante da proximidade do período
101 de “noite fria”, que tende a ampliar a demanda por acolhimento. Durante o debate, os
102 conselheiros apresentaram questionamentos acerca da viabilidade da proposta, do interesse das
103 entidades e da manutenção dos valores das metas. Em resposta, foi esclarecido que há interesse
104 das entidades, ainda que condicionado à adequação dos valores, e que a proposta visa ampliar as
105 possibilidades de adesão e assegurar melhor qualidade na execução dos serviços. Carolina
106 ressaltou ainda, que a readequação não implica aumento do orçamento global, tratando-se apenas
107 de redistribuição interna dos recursos já previstos. Lygia solicitou parecer da Comissão de Fundo,
108 que manifestou parecer favorável. Na sequência submeteu a proposta para deliberação da
109 plenária, que aprovou o valor de meta para Serviço de Acolhimento Institucional para adultos do
110 sexo masculino, que passará a vigorar no valor de R\$2.861,73 (dois mil oitocentos e sessenta e
111 um reais e setenta e três centavos), sendo aprovada, sem registro de votos contrários. Nada mais
112 havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Registra-se que a presente ata foi elaborada com base
113 na transcrição integral da reunião e, eu, Patrícia Soares Alves da Silva, lavrei a presente ata, que
114 deverá ser submetida a aprovação da plenária.